

BRASIL



Antonio Cruz/ABr

EDUCAÇÃO

MEC prorroga até hoje matrícula de alunos aprovados em segunda chamada do Sisu

O Ministério da Educação decidiu prorrogar até hoje o prazo de matrícula para estudantes aprovados na segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). De acordo com o ministro **Aloizio Mercadante**, a prorrogação foi necessária para garantir uma margem de segurança em função da paralisação dos técnicos administrativos das universidades e institutos federais. **ABR**

Vendem-se mil projetos de lei: pedido mínimo é de 10 propostas

Site de ex-vereador paranaense tem acervo de textos sobre educação, saúde, esporte e outros assuntos

Juliana Garçon

jgarcon@brasileconomico.com.br

Um estoque com mil projetos de lei aguarda vereadores em crise de criatividade. Estão em www.projetosdelei.com.br, site criado e gerenciado pelo ex-vereador José Gilberto de Souza, de 56 anos.

Souza exerceu mandato em Campo Mourão, no interior do Paraná, entre 1997 e 2000. Como era muito prolífico, dava uma mãozinha a outros parlamentares, que sugeriram a criação do banco de projetos. Ao encerrar o mandato, lançou o serviço com alcance nacional. A empreitada foi financiada com capital próprio, sem sócios, mas ele não lembra de quanto aplicou. "Foi tranquilo, a internet estava começando", diz.

Doze anos depois, contabiliza "bem mais do que mil" vereadores atendidos — Souza não revela o número exato, nem o faturamento da firma.

Ele conta com uma secretária e um técnico de informática como funcionários e, quando necessário, com a assessoria de um advogado e um professor de português.

Além de vender pacotes de projetos — a cota mínima é de dez textos, a R\$ 250 —, presta assessoria a candidatos da região.

A vereadores de primeira viagem, sugere que proponham ao menos dois projetos por mês. "Quem quiser apresentar um por semana pode pedir um pacote de 50, pois o ano tem 48 semanas." O kit sai por R\$ 900.

Seu projeto predileto é o que institui a Câmara Mirim. "É o que mais recomendo quando me pedem opinião. Pois leva crianças, pais e professores à Câmara e eles veem como funciona a Casa. Cria futuros vereadores. É um trabalho cívico."

Parte importante dos pedidos vêm do estado de São Paulo. Com relação a temas, as encomendas se concentram em educação, saúde e esporte. O kit pode ser misto ou focado num só

tema. E os textos podem ter entre duas e cinquenta páginas.

Questionado sobre sua formação para elaborar um volume tão grande de leis, Souza relembra: "Já fui vereador".

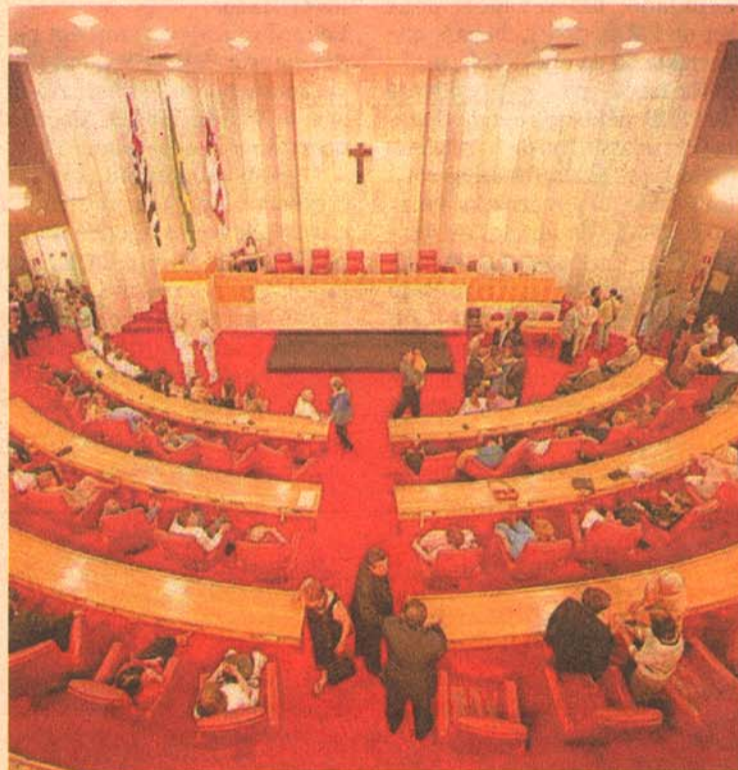
Negócio controverso

A legitimidade do empreendimento gerou controvérsia entre os especialistas consultados pelo **BRASIL ECONÔMICO**. "Tenho como absolutamente inconstitucional uma assessoria parlamentar privada para a criação de projetos de lei", afirma Fabio Martins Di Jorge, do Peixoto e Cury Advogados. "O parlamentar recebe alto valor em verbas, que devem ser aplicadas na contratação de uma equipe de confiança, que irá lhe assessorar." Ele afirma ainda que o município não pode regulamentar medidas que são de competência exclusiva da União, como o programa de registro civil gratuito.

Ricardo Trotta, do escritório de mesmo nome, destaca que a Constituição determina que "compete privativamente ao Legislativo a elaboração de leis. Essa função não pode ser delegada a terceiros nem comercializada".

Na direção contrária, ainda que estranhando a modalidade de negócio, posicionam-se Adriano Mendes, do Assis e Mendes Sociedade de Advogados, e Renato Butzer, sócio do SABZ Advogados. "Não há ilegalidade aparente. O site não está prometendo a aprovação de leis ou coisa semelhante. Só fornece um texto para o vereador se basear", aponta Butzer.

"A comercialização de textos, artigos, monografias ou mesmo de projetos de lei não é algo ilegal, mas sua compra e uso em nome próprio pode gerar problemas éticos e de falsidade ideológica", frisa Mendes. "E a prática pode gerar um volume de projetos que, quando analisados pelo plenário, serão engavetados por serem genéricos ou despropositados." ■



Jefferson Coppola/Folhapress

Parte importante dos pedidos vem dos vereadores de São Paulo

CARDÁPIO DE PROPOSTAS

Conheça alguns projetos para o Legislativo municipal



ASSISTÊNCIA SOCIAL

Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento de serviços religiosos nos velórios municipais ou particulares



CRIANÇA E ADOLESCENTE

Obriga a publicação nos jornais de advertência à exploração sexual e maus-tratos contra crianças e adolescentes

Proíbe os estabelecimentos comerciais de venda de tinta "spray" a menores



EDUCAÇÃO E CULTURA

Inclui "Higiene Bucal" no currículo escolar municipal

Proíbe a veiculação de propaganda em motéis e hotéis com frases que firam conceitos ou preceitos religiosos



ESPORTES/LAZER/TURISMO

Disciplina a erradicação de árvores nos passeios públicos

Oficializa o monumento à Bíblia implantado na praça

Dispõe sobre a criação do patinódromo municipal

Cria o Conselho Municipal do Carnaval



SAÚDE

Proíbe serviços funerários próximos ao hospital e à Casa de Saúde municipais

Dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de protetor de papel descartável para assento de bacia sanitária

Obriga a afixação de cartazes educativos sobre prevenção da Aids em quartos e apartamentos de motéis

Dispõe sobre a obrigatoriedade do exame da próstata ao servidor municipal

Proíbe a aplicação de tatuagens e adornos na forma que especifica

ENTREVISTA...

...JOSÉ GILBERTO DE SOUZA

Ex-vereador em Campo Mourão (PR) e consultor eleitoral

Costumam pedir desconto?

Não, pois já tem desconto no site.

De onde o sr. tira ideias para novos projetos?

Quando é muito específico, os vereadores pedem: "quero assim, assim, assado. A gente monta. Depois, põe no banco de dados.

É um nicho pouco explorado?

Não é um trabalho tão simples. Se não estiver no meio político não é fácil porque envolve exatamente a política. O vereador é um político e ele envolve a política.

Tem concorrência? É possível atender toda a demanda?

Especificamente nesse sentido, não há concorrência. Vi reportagens sobre algo parecido, mas não tenho detalhes. Podem surgir outros, isso é natural no comércio. Tudo depende da demanda. A gente consegue atender toda a demanda — não é uma coisa assim anormal.

Pode ocorrer guerra de preço?

Acho que nem conseguem vender com preço menor. Você tem de ter preço lógico. Se põe o negócio de graça, nem crédito tem.

Como irá se defender da concorrência?

Não é bem assim. Qual é mesmo o seu nome? Tem a internet, que facilita muito a pessoa. Então não é automático assim.

Se a pessoa fica insatisfeita, como faz para reclamar?

Não pode fazer nada, porque está lá o ementário do projeto. Se você imaginou em outro sentido, vai o projeto montado, mas não é o que você queria, aí eu não posso fazer nada.

A qualidade dos projetos de lei deveria ser controlada?

Quem regula isso é a própria Câmara dos Vereadores. Se for ruim, não vai aprovar. **J.G.**